

Para Sant'Anna, texto aprovado só muda com acordo



Sant'Anna se reuniu com Ulysses para discutir a crise no PMDB e a votação do segundo turno na Constituinte

Peemedebistas definem sexta suas emendas

O deputado Ulysses Guimarães vai dar início, na próxima sexta-feira, ao processo de definição do PMDB, em relação ao segundo turno de votação da Assembleia Nacional Constituinte; ele reunirá em sua casa, para um almoço de trabalho, os líderes do partido na Câmara (Ibsen Pinheiro), no Senado (Ronan Tito) e na Constituinte (Nelson Jobim). Amanhã, o presidente da República em exercício janta com cinco líderes partidários, na pauta, também a votação do turno.

O idéia é pegar o projeto de Constituição apresentado pelo relator Bernardo Cabral e, após uma análise exaustiva de seu texto, definir quais as emendas que o PMDB apresentará para a votação do segundo turno.

O deputado Nelson Jobim, líder do PMDB na Constituinte, esteve ontem à noite no Palácio do Planalto, para tratar, com o presidente da República em exercício, da reunião de sexta-feira.

Essa discussão, que se inicia entre os líderes, será naturalmente estendida a toda a bancada peemedebista, para a definição global das emendas a serem apresentadas pelo partido. A negociação com as outras correntes, ou os demais partidos, se fará já com base nas emendas supressivas apresentadas.

Nelson Jobim, acha muito difícil que o processo de modificação do texto constitucional através de emendas supressivas tenha sucesso. Ele lembrou que as matérias que integram o projeto de Constituição foram colocadas ali, na maioria das vezes, por mais de 300 votos. Inverter isso, segundo ele, não será fácil. A partir do segundo turno não se poderá mais corrigir o texto constitucional, cuja elaboração se iniciou nas subcomissões.

Convenções podem atrasar nova Carta

Apesar do reinício das votações na Constituinte estar previsto para o próximo dia 21, há um fator que poderá provocar um novo atraso na conclusão da futura Carta: as convenções municipais que, entre os dias 15 deste mês e 7 de agosto próximo escolherão os candidatos às eleições municipais de novembro próximo. Estima-se que, dos 559 constituintes, cerca de 150 disputarão as indicações para concorrerem às prefeituras municipais.

O primeiro vice-presidente da Constituinte, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), acredita que tanto os candidatos, como os parlamentares que estão trabalhando por determinadas candidaturas, poderão provocar o esvaziamento do plenário nas votações de segundo turno.

Benevides admite, no entanto, que os constituintes que apresentarem emendas supressivas, trabalharão para impedir que suas propostas sejam colocadas em votação com quorum baixo. Ele mesmo afirmou que colocar uma emenda em votação com menos de 400 parlamentares em plenário é uma "temeridade".

Convocação

O risco das votações recomencem apenas no mês de agosto poderá aumentar caso não haja também a convocação extraordinária do Congresso — que está em recesso —, a partir do próximo dia 18. No Senado, a maioria absoluta dos parlamentares já assinou o requerimento de convocação. Na Câmara, porém, são necessárias 325 assinaturas.

O líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (RS), não vê um grande motivo que justifique a convocação extraordinária do Congresso. "A convocação se justificaria apenas porque a Constituinte estará funcionando", afirmou o parlamentar, que está coordenando a coleta das assinaturas.

O líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), acha que, com a abertura do prazo para a apresentação de emendas, será possível coletar as assinaturas restantes. O presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), torce para que isso ocorra. Ele quer aliviar a pauta de matérias que precisam ser apreciadas.

O líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), admitiu ontem que, sem acordo, será muito difícil retirar qualquer dispositivo do texto constitucional, aprovado no primeiro turno de votações. "Não tem jeito. Ou se faz acordo, ou ninguém terá 280 votos para mudar o texto", afirmou.



Apesar da constatação, a liderança do Governo na Constituinte continua trabalhando na chamada "Operação Varredura". Todos os tópicos e artigos estão sendo cuidadosamente examinados, para a elaboração de emendas supressivas, segundo Carlos Sant'Anna. Somente as mais importantes, no entanto,

serão selecionadas, para se tentarem os 280 votos necessários à aprovação.

O líder do governo informou que no artigo referente à anistia creditícia, por exemplo, está sendo preparada uma emenda supressiva ampla e outra exclui o meio produtor rural do benefício. O deputado José Lins disse que outros pontos examinados são o turno corrido de seis horas, a licença-paternidade, voto aos 16 anos, tabelamentos dos juros em 12% ao ano, direito de greve e nacionalização da mineração.

Informado de que o deputado Carlos Sant'Anna comentou a necessidade de acordo caso contrário será difícil alterar o texto constitucional, o líder do PFL, deputado José Lourenço (PFL-BA) comentou: "É a primeira vez que vejo um general dizer que perdeu a guerra antes de começar a batalha".

Delfim não crê em alterações

São Paulo — O deputado Federal Delfim Netto (PDS) não acredita que o segundo turno da Constituinte, que se inicia quinta-feira, poderá fazer qualquer alteração de peso no texto já aprovado. Conforme disse ontem em seu escritório, será necessário acordo até mesmo para retirar "coisas absurdas".

"Não creio que haja modificações substanciais. Criou-se muita expectativa em torno do segundo turno. Honestamente, a não ser que haja um acordo para se retirar algumas coisas absurdas que estão lá dentro, nada será retirado. Ela passará da mesma

forma em que está. É muito difícil reunir 280 pessoas para o voto negativo, as emendas supressivas só acontecerão na base do acordo", previu o deputado.

Alguns itens são tão absurdos que dificultarão um acordo, na opinião de Delfim Netto. E citou, entre eles, a fixação da taxa de juros, medida que considera "fantástica e que chega a ser ridícula".

"Eu espero, para que o Brasil não seja coberto pelo opróbrio, que isso seja feito por acordo. É claro que se pode fixar a taxa de juros ocasionalmente, se pode até fixar bem, mas fixá-la na Constituinte é um absurdo muito grande", frisou.

Cabral entrega projeto

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) entregou hoje às 12h30 ao presidente da República em exercício, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), e ao senador Mauro Benevides (PMDB-CE), que ocupa interinamente a presidência da Assembleia, o projeto de Constituição "B". O texto terá 322 artigos — 246 na parte permanente e 76 nas Disposições Transitórias.

A novidade do projeto é que ele virá sob a forma de um quadro comparativo em três colunas. Na primeira, está o texto aprovado no primeiro turno de votação; no segundo, as correções feitas pelo relator e por último as sugestões para aprimorar o texto no segundo turno. Bernardo Cabral revelou ainda que eliminou 25 artigos do texto aprovado que eram repetitivos. Muitos deles diziam respeito à liberdade de expressão e ao capítulo da Comunicação.

Na revisão que fez do projeto votado em primeiro turno, Bernardo Cabral decidiu também incluir um novo título: as Disposições Gerais foram incorporadas à parte permanente e ficaram com 11 artigos que antes faziam parte das Disposições Transitórias. O relator explicou que haviam artigos, como o da formação e organização de novos Estados e o que desapropria as terras que tenham plantação de macocha para a reforma agrária, que são uma regra constitucional permanente e por isso não cabem na parte transitória do texto.

Conclusão

Na entrevista coletiva que deu para comunicar o término de seu trabalho, Bernardo Cabral disse acreditar que a nova Constituição poderá ficar pronta em meados de setembro, isso se não houver problema de quorum ou obstrução. O projeto de Constituição "B" terá que ser votado em bloco, ressaltados os destaques de emendas. O presidente em exercício da Constituinte, senador Mauro Benevides, acredita que deverão ser apresentadas cerca de 1.600 emendas, que só poderão ser supressivas.

O relator adjunto da Constituinte, senador José Fogaça (PMDB-RS), lembra, no entanto, que as normas que regulamentam a votação no segundo turno são rígidas. Serão votadas apenas emendas de supressão e de correção de contradição. As emendas de correção de linguagem e omissão não têm caráter constitucional e por isso serão encaminhadas diretamente à Comissão de Redação da Constituinte ou votadas simbolicamente pelo plenário, sem o quorum mínimo de 280 parlamentares.

Segundo Fogaça, com 50 emendas é possível se esgotar o assunto. As emendas começaram a ser apresentadas na quinta-feira e o prazo de esgota à meia noite de segunda-feira. No dia seguinte são publicadas e a partir da quarta-feira o relator tem cinco dias para dar o seu parecer. Em seguida o parecer é publicado e a partir do dia seguinte os constituintes têm 48 horas para apresentar os seus destaques. A votação começa no dia 21.

Quem quer mudança se organiza

Tanto o Centrão quanto o grupo progressista já começaram a se mobilizar visando a apresentação de emendas supressivas para a votação do projeto de constituição em segundo turno. O PT iniciou ontem, em São Paulo, a discussão dos pontos que deseja retirar do texto, enquanto os conservadores têm reunião marcada para hoje, no Congresso, no mesmo sentido. A previsão, no entanto, é que no segundo turno haverá poucas alterações.

As esquerdas vão defender a derrubada de dispositivos como o que autoriza as Forças Armadas a intervirem em defesa da ordem interna ou a proibição da reforma agrária em terras produtivas.

Já os conservadores deverão concentrar esforços na supressão do amplo direito de greve, voto aos 16 anos, ações trabalhistas, proibição dos contratos de risco para a exploração de petróleo, além da nacionalização da mineração, direito à creche e licença-paternidade. A UDR, particularmente, vai agir no sentido de ampliar a anistia até os meios produtores.

Batalha Perdida

As esquerdas dificilmente conseguirão suprimir o dispositivo que proíbe a reforma agrária em terra produtiva. No primeiro turno, o plenário não deu os 280 votos necessários para que a emenda que previa a desapropriação das propriedades que não cumprissem a sua função social fosse aprovada. O mesmo deverá acontecer durante a votação do assunto em segundo turno.

O PT e o PC do B querem retirar a expressão que autoriza as Forças Armadas a intervirem em defesa da ordem interna. Esta também é uma batalha perdida. As esquerdas vão lutar também para derrubar algumas atribuições do Conselho de Defesa Nacional, como o direito de opinar sobre temas ligados à defesa nacional e ao estado de direito.

Na Ordem Econômica, o Centrão deverá tentar a supressão do conceito de empresa brasileira de capital nacional e a reserva de mercado temporária para tecnologias estratégicas para o desenvolvimento. Também será alvo dos conservadores a proibição de contratos de risco para exploração de petróleo. A tentativa deverá ser frustrada uma vez que o plenário se mostrou fortemente nacionalista na votação desta questão no primeiro turno.

Trabalho

Na área trabalhista, o Centrão deseja suprimir o direito de greve dos trabalhadores nos serviços essenciais e dos servidores públicos. Através do grupo, os empresários vão jogar tudo na retirada do turno de seis horas nas empresas que trabalham ininterruptamente. A supressão deste dispositivo não será fácil.

Outro ponto que deverá ser mantido é o voto aos 16 anos, principalmente se for levado em conta que há muitos parlamentares candidatos às eleições municipais e não ficarão contra o voto para o menor.

A UDR deverá pressionar para a derrubada de dispositivo estabelecendo que as ações trabalhistas no campo prescrevem dois anos depois do trabalhador deixar o emprego.

Quanto a taxação dos juros reais em no máximo 12%, estabelecido pela Constituinte no primeiro turno, os banqueiros farão uma luta isolada para a retirada do dispositivo.

Os conservadores terão também poucas chances de suprimir a proibição de as empresas também estrangeiras operarem na lava e na pesquisa mineral. Será uma reviravolta inesperada se as multinacionais conseguirem ganhar a batalha no plenário, que também neste assunto se mostrou bastante nacionalista.